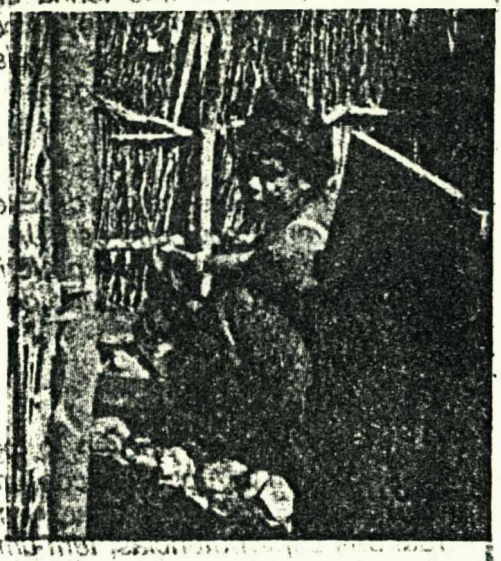
TL 6659-01

Enquanto aumentam os apoios à Indonésia

A diplomacia portuguesa desatenta ao caso de Timor

Jean-Pierre Catry



Apesar do aumento das provas da violação dos direitos humanos em Timor-Leste verifica-se na sessão da Comissão da ONU o receio de ver diminuir o número dos Governos que condenam a Indonésia. Só pode haver uma justificação para isso: o trabalho diplomático que cabia ao Governo português não foi feito!

No dia 22 de Fevereiro o problema de Timor foi debatido na sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

Em 1983 a resolução a favor do povo de Timor-Leste e do seu direito à autodeterminação tinha sido aprovada por 16 votos contra 14, com 13 abstenções. A margem era pequena mas a análise dos resultados mostrava que a Indonésia não tinha progredido desde a Assembleia Geral de 1982, contrariamente à tendência verificada até aí.

Desde então, surgiram numerosos factos que deveriam ter reforçado o campo dos defensores dos direitos humanos do povo de Timor-Leste. Apesar destes factos, receava-se uma diminuição do número dos Governos que condenam a Indonésia. Só pode haver uma justificação para isso: o trabalho diplomático para aproveitar os factos ocorridos, trabalho que cabia ao Governo português, não foi feito.

1983, um ano rico em acontecimentos

1983 foi um ano rico em acontecimentos para Timor. O maior de todos foi, com certeza, as conversações entre os militares indonésio e os resistentes da Fretilin. Importantes em si pelo reconhecimento que implicam por parte das forças de ocupação, as conversações foram-no também pelo cessar-fogo que se lhes seguiu e que permitiu à Fretilin romper o bloqueio às informações: textos, fotografias e *cassettes* da Fretilin chegaram ao exterior, assim como um manual secreto capturado aos militares indonésios e que permitiu à Amnistia Internacional denunciar as torturas que o dito manual autoriza desde que fossem tomadas as devidas precauções para escondê-las. Todos estes documentos foram essenciais para desmascarar o Governo indonésio que desmentia a realização de conversações e a existência de um cessar-fogo, e tentava mesmo divulgar boatos sobre a rendição dos líderes da Fretilin.

Mas houve outros factos importantes: o testemunho ímpar de monsenhor Costa Lopes saído de Díli em Maio; a retirada da Cruz Vermelha, em protesto contra os entraves postos pelos Indonésios ao seu trabalho; a intercepção da missão australiana pela Fretilin; a carta dos bispos indonésios ao clero de Timor-Leste e... a brutal ofensiva indonesia em Agosto, ofensiva que devia acabar com a Fretilin antes do início das chuvas em Setembro/Outubro, mas que continua e embaraça a diplomacia indonésia.

A Austrália, país que votou a favor da Indonésia em 1983 e mandou no Verão passado uma missão parlamentar a Timor com o fim de vir a reconhecer oficialmente a integração de Timor-Leste, viu-se obrigada em Setembro a condenar a ofensiva indonésia e os massacres colectivos de civis.

A França, que tinha manifestado antes da Assembleia Geral da ONU a intenção de votar a favor da Indonésia, invocando para isso a melhoria (segundo o Governo indonésio) da situação em Timor, poderia dificilmente fazê-lo nas circunstâncias actuais...

Esta situação, embaraçosa para Jacarta e favorável à diplomacia portuguesa, não tem sido aproveitada.

No plano internacional, surgiram manifestações de apoio ao povo de Timor, em particular de 240 parlamentares europeus que assinaram uma declaração neste sentido; de 110 congressistas americanos que pediram a Reagan para alterar a posição do seu Governo; de 118 deputados ingleses que pedem ao seu Governo para suspender a venda de armas à Indonésia... Organizações não governamentais, organismos de defesa dos direitos humanos (mesmo na Indonésia), igrejas e organizações religiosas são cada vez mais numerosas a tomar posições no mesmo sentido.

A passividade do Governo português

Todos estes factos e abundância de informações, comparada com a penúria dos anos precedentes, teriam permitido ao Governo português retomar uma posição de conquista de apoios por meio de uma diplomacia activa, mas nada disto aconteceu:

— Estavam em Lisboa gravações e fotografias das conversações, mas o Ministério dos Negócios Estrangeiros, mais inclinado em acreditar na versão indonésia da rendição, reafirmava o papel de Portugal, sem mesmo querer tomar conhecimento destes documentos.

— O embaixador especial para os assuntos de Timor, Baptista Martins, que foi condecorado pelo Presidente da República, precisamente pela sua actuação meritória neste pelouro, não obteve de Jaime Gama condições para trabalhar. Queirós de Barros, o novo embaixador especial, nada fez até hoje.

— A viagem de *Lord* Avebury e o apoio de 240 deputados europeus não originaram nenhuma acção em relação à CEE.

— A carta de 45 congressistas americanos a Mário Soares ficou sem resposta.

— O Governo não protestou contra a ofensiva indonésia do Outono nem apresentou queixa no Conselho de Segurança

— A comissão parlamentar eventual, criada por decisão unânime de todos os deputados, chega ao fim do seu mandato sem sequer ter reunido uma única vez...

— O jornalista Fernando Sousa afirmou (*Tempo*, de 19/1), que 18 dias antes da sessão a decorrer na ONU, onde o problema de Timor seria tratado, a missão portuguesa ainda não tinha recebido instruções do Ministério.

A opinião pública portuguesa, de maneira difusa e com um certo sentimento de culpabilidade, continua a desejar que o povo de Timor-Leste tenha a possibilidade de escolher o seu futuro. Este sentimento colectivo aparece expresso por exemplo nas votações da Assembleia da República onde os deputados de todos os partidos políticos chegam a uma unanimidade impossível noutros assuntos, mas este sentimento geral não encontra concretização na acção do Governo.

São tantas as oportunidades perdidas que não parece possível atribuí-las unicamente à incompetência ou ao desleixo; temos de perguntar-nos: porquê?

Não é com certeza para salvaguardar uma possibilidade de entabular negociações com a Indonésia. As conversações são necessárias, mas as declarações do general Benny Murdani sobre a actual operação militar: «Acabou a brincadeira. Não será dado quartel... As Forças Armadas usarão todos os meios à sua disposição», não podem servir de base às negociações contra a vontade dos Timorenses. Antes de se sentar à mesa das conversações, Portugal deve forçar um cessar-fogo; é pela denúncia e pela acção diplomática firme que terá mais possibilidades de conseguí-lo.

É falso também pretender que o problema está apenas nas mãos do secretário-geral da ONU. Cuellar terá de apresentar um relatório sobre Timor na próxima Assembleia Geral, em Setembro, mas até aí a Indonésia continua a tentar criar factos consumados tanto em Timor como no plano diplomático. Portugal, ao ficar de braços cruzados, ajuda a Indonésia a ganhar para a sua tese os hesitantes.

Se não há respostas satisfatórias à pergunta «porquê?», seremos obrigados a perguntar-nos: pressionado por quem?... em troca de quê?...

1984 — um ano decisivo

O ministro Jaime Gama lamentou em privado que a opinião pública portuguesa ainda não se tenha conformado com a integração de Timor-Leste na Indonésia. Será preciso lembrar-lhe que também a população de Timor, apesar da morte de mais de um terço dos seus membros, continua a não querer conformar-se?

O Presidente da República afirmou que 1984 seria um ano decisivo para Timor-Leste. O relatório do secretário-geral e a decisão que tomará a Assembleia Geral da ONU depois de ouvi-lo serão capitais. Parece impossível que a ONU venha a negar o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação depois de o ter afirmado durante sete anos. Ela não foi capaz durante estes anos de resolver este problema, mas também não o resolveria ao dizer que o problema não existe: «Ainda que houvesse 155 votos na ONU a favor da Indonésia esta gente jamais aceitará o que lhes querem impor», escreve um missionário que afirma: «Hoje, mais do que nunca, o povo de Timor rejeita a integração na Indonésia.»

Alguns governos poderão dizer que não sabiam o que se passava em Timor mas o actual Governo português não terá esse álibi e ficará perante a História como o Governo que atraiçoou o povo de Timor que lhe competia defender.

Até à próxima Assembleia Geral da ONU restam seis meses, seis meses para abandonar uma política de desistências sucessivas e inverter a marcha. Restam seis meses para adoptar posições mais de acordo com os sentimentos e a luta do povo de Timor-Leste, que, no fim de contas, é o primeiro e verdadeiro interessado, e não deve ser sacrificado a outros e hipotéticos interesses.

Visite as livrarias do «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»